

Resoluções

Filosofia

Capítulo 4

1. * 2. * 3. A 4. * 5. B
6. B

* Respostas:

1. a) Para Kant, o dever é um critério para a escolha entre os valores.
b) Juízo de fato é a afirmação da realidade de algo, como a afirmação “Está um dia nublado”. Juízo de valor, por sua vez, é a afirmação sobre a existência de um valor de algo, como se verifica na declaração “O dia nublado é horrível”.
c) Em termos gerais, a consciência do dever seria a “voz da consciência”. Em termos filosóficos, na visão kantiana, seria a lei moral, oriunda da própria razão humana.
d) Conforme Kant, uma ação é realmente moral quando é feita para cumprir o juízo.
e) Considera-se que os valores estão na base das decisões porque, para uma pessoa tomar uma decisão, é preciso que ela use um critério. Esse critério é justamente o valor.
2. a) A moral kantiana é formalista porque não prediz o conteúdo da ação moral, e sim sua forma, sua estrutura.
b) Pela **vontade autônoma**, o indivíduo age com a intenção de respeitar o dever pelo dever. Pela **vontade heterônima**, ele age determinado ou influenciado por algo que foge à consciência moral.
c) **Máximas** são princípios morais subjetivos, porque só podem valer para uma ou algumas pessoas, e sob certas circunstâncias. Já os **imperativos** são princípios morais que podem ser válidos para qualquer um; são, portanto, princípios objetivos.
d) Um imperativo hipotético é o que prescreve uma regra sob uma condição particular, e só é válido se o sujeito escolher querer cumprir o princípio moral, como se vê neste exemplo: “Se quero ser bem tratado, irei tratar bem as pessoas”. O imperativo categórico, por sua vez, é válido para toda e qualquer ação, uma vez que formaliza o dever pelo dever. É o caso da fórmula elaborada por Kant: “Age como se o princípio da tua ação devesse tornar-se, por meio da tua vontade, em lei universal”.
e) Kant remete à existência dos imperativos para provar que o homem é livre. Uma vez que os imperativos representam uma necessidade, uma obrigação, eles deveriam ser cumpridos sempre. Se o homem fosse puramente racional, esse imperativo seria cumprido necessariamente. Assim, é justamente pelo fato de os imperativos nem sempre serem cumpridos pelas pessoas que Kant conclui que o ser humano é livre.
3. A ética kantiana, na qual se insere o imperativo categórico, está vinculada não à matéria da ação moral, não a conteúdos de princípios, e sim à forma do princípio verdadeiramente ético, que é o princípio da consciência moral universal.
4. a) Uma ação verdadeiramente moral, para Kant, é a que considera o cumprimento do dever pelo dever. Na situação apresentada no texto, a atitude do comerciante em relação ao menino se revela contrária ao dever e imoral, pois o sujeito visa tão somente a seus próprios interesses e inclinações, prejudicando outras pessoas.
b) Em Kant, uma ação realmente ética é a que parte da intenção de cumprimento do dever pelo próprio dever, e não por outros interesses ou determinações. No caso, o comerciante, do ponto de vista externo, agiu corretamente, sua ação está “conforme o dever”, mas ela não foi realizada “pelo dever”, e sim por um interesse em relação a seu cliente (o pai do garoto).
c) A regra que o comerciante poderia ter adotado é, segundo o pensamento de Kant, o chamado “imperativo categórico”, que pode ser observado nesta fórmula: “Age como se o princípio da tua ação devesse tornar-se, por meio da tua vontade, em lei universal”. Agindo de acordo com esse imperativo, o padreiro teria sido ético tanto com o menino quanto com o pai, fazendo, por causa do dever em si, aquilo que é correto: não cobrar nem receber conscientemente nada além dos preços estabelecidos dos seus produtos.
5. À luz da visão kantiana, considera-se que uma falsa promessa não poderia ser moralmente admitida ou permitida, pois o indivíduo não poderia, por sua própria vontade, propô-la como lei universal. Estão corretas, portanto, apenas as afirmativas I e III.
6. Uma ação caritativa, de acordo com Kant, constitui um dever quando se pode fazê-la. Contudo, se a realização se deve, por exemplo, à satisfação da pessoa caridosa em ajudar os outros, ou a vaidades pelo reconhecimento, a ação, ainda que louvável, por constituir-se em um bem aos outros, não tem conteúdo moral. Seria uma ação “conforme ao dever”, mas não praticada simplesmente “pelo dever”, condição esta que determina o valor moral.